

Periferia e centro comunitário: experiências do *habitar* e a vida de uma organização comunitária

Periphery and community center: Experiences of inhabiting and the living of a community organization

Paulo Sérgio Lima da Silva¹
paulo19mec@yahoo.com.br

Carmem Izabel Rodrigues²
cir@ufpa.br

Resumo

Este artigo objetiva refletir sobre como as experiências vivenciadas por moradores da periferia de uma cidade dão vida a organizações populares como um centro comunitário e influenciam nas formas de atuação dessas entidades. Nesse sentido, as reflexões aqui apresentadas fazem uso de, e tentam interpretar, com outra problematização, dados levantados em um estudo de caso desenrolado no Centro Comunitário São Paulo, em Icoaraci, distrito administrativo da cidade de Belém (PA). Ressalta-se ainda o embasamento teórico-metodológico a partir da análise de fenômenos como a segregação socioespacial, espoliação urbana, redes familiares, região moral e falas do crime em um espaço na (e de) periferia. Dessa forma, a entidade e suas ações são aqui percebidas como um espelho da vida nas ruas, sendo influenciadas tanto pelas carências locais (em infraestrutura urbana e serviços diversos) quanto pela existência de uma intensa sociabilidade que agrega os moradores do bairro periférico Campina de Icoaraci no espaço do Centro Comunitário.

Palavras-chave: processos coletivos, periferia, vida cotidiana.

Abstract

This article aims to reflect on the way the experiences of residents on the outskirts of a city give life to grassroots organizations such as a community center and influence the performance of these entities. In this sense, the ideas presented here make use of, and try to interpret, with another focus, data collected in a case study conducted at the São Paulo Community Center in Icoaraci, which is an administrative district of the city of Belém, Pará State. The theoretical and methodological framework is based on the analysis of phenomena such as socio-spatial segregation, urban exploitation, family networks, moral region and "crime speeches" in a space in (and from) the periphery. Thus, the entity and its actions are perceived here as a mirror of life on the streets, as they are influenced both by local needs (in terms of infrastructure and other services) and by the existence of an intense sociability that gathers residents of the peripheral neighborhood of Campina Icoaraci within the Community Center.

Key words: collective processes, periphery, everyday life.

¹ Fundação Papa João XXIII. Av. Gentil Bittencourt, 1868, Nazaré, 66040-172, Belém, PA, Brasil.

² Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Laboratório de Antropologia, Campus Universitário. Rua Augusto Corrêa, 1, Guamá, 66075-110, Belém, PA, Brasil.



Iniciando

O artigo objetiva discutir como as experiências vivenciadas por moradores da periferia dão vida a organizações populares como um centro comunitário e influenciam nas formas de atuação dessas entidades. Nesse sentido, as reflexões aqui apresentadas, fazem uso de, e tentam interpretar, com outra problematização, dados levantados em um estudo de caso (Silva, 2013) desenrolado no Centro Comunitário São Paulo³, localizado no bairro Campina de Icoaraci, distrito de Icoaraci, Belém (PA). A entidade e suas ações são aqui percebidas como um espelho da vida nas ruas, sendo influenciadas tanto pelas carências locais (em infraestrutura e serviços diversos) quanto pela existência de uma intensa sociabilidade naquela área desse bairro periférico⁴.

Mais do que uma entidade cuja localização é *na* periferia, o C.C. São Paulo é um centro comunitário *da* periferia. Ele pertence àquela área, sua voz é a voz dos sujeitos que habitam e produzem aquele espaço. Por sua vez, aquele espaço produz e se reproduz na entidade. No mesmo raciocínio, Ávila (2006), ao concluir sua pesquisa enfocando uma dimensão cultural de bairros periféricos, escreve que as experiências produzidas no espaço de moradia construiriam as referências básicas de uma identidade coletiva e de uma produção cultural "de periferia".

Explicando, um enclave fortificado no estilo de um condomínio fechado, ainda que esteja localizado *na* periferia, não é um elemento *da* periferia, no sentido forte do termo; as condições de vida, bem sabemos, são distintas entre os de dentro e os de fora dos muros. Aliás, Foote Whyte (2005) já mostrou como um centro comunitário, através de seus dirigentes, pode estar afastado ou desconsiderar a organização social local, mostrando-se como "uma instituição de fora" (Whyte, 2005, p. 117). De outro modo, a lógica de funcionamento do C.C. São Paulo reflete, assim, a realidade e organização social local.

Tendo essa argumentação como núcleo, cabe informar que as reflexões aqui levantadas terão por sustentação teórica algumas discussões referentes à periferia, segregação socioespacial, espoliação urbana, redes familiares e *falas do crime*. Sabe-se de partida que a cidade é uma construção social marcada pela

heterogeneidade sociocultural, diversidade de usos, múltiplas paisagens visuais e sonoras, e pelo fato de ser uma obra sempre inacabada. Ela é o *locus* da produção econômica, centro de decisões, espaço das trocas, assim como, para seu morador, o *locus* da habitação e desenrolar da vida cotidiana (Carlos, 2007; Le Goff, 1997; Wirth, 1987).

O uso do solo urbano mantém relação com a divisão técnica e social do trabalho e as relações de produção capitalistas, obedecendo, assim, aos instintos do capital e isso, consequentemente, implica usos e apropriações diferenciadas pelos atores sociais da cidade. Uma segregação socioespacial marca então, em muitos casos, o uso do espaço cidadão. Assim, membros de classes sociais com alta renda mantêm-se nos centros das cidades, locais em geral dotados de boa infraestrutura urbana. Contudo, quando isso já não é mais possível (pela escassez de áreas passíveis de construção) ou desejável (por fatores como violência, poluição, etc.), essa parcela (minoritária) busca refúgio em condomínios fechados, muitos localizados em áreas periféricas, mas marcados por uma "coexistência mediante a separação" (Canclini, 2008, p. 26), e cuja propaganda é alicerçada nas características de segurança, lazer e felicidade (Lefebvre, 2001), mas, principalmente, isolamento, de tudo e todos, considerados perigos em potencial (Caldeira, 2000).

É nesse caminho que Caldeira (2000) faz referência à noção de "*enclaves fortificados*", enquanto uma nova faceta da segregação espacial, sendo definidos como "espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo" (p. 11). Tal forma urbana⁵ reflete aquilo que diversos autores clássicos, tais como Simmel (1987) e Park (1987), entre outros, já indicaram como característica das sociedades urbano-industriais, isto é, a proximidade física contrastando com a distância social entre as pessoas.

A população trabalhadora com baixa renda, logo sem possibilidades de pagar por um espaço de moradia servido dos equipamentos necessários, tende a se direcionar ou mesmo a ser empurrada⁶, por políticas públicas vinculadas aos interesses do capital especulativo imobiliário, para bairros periféricos⁷, com problemas no abastecimento de água, serviço de esgoto, luz elétrica,

³ Tal centro comunitário mostra-se como um espaço extremamente festivo, quando, por exemplo, promove seu ciclo de festas anuais. Festas que se inserem em um conjunto de estratégias adotadas na entidade, com distintos significados e objetivos. Dessa forma, os participantes da entidade, através das lógicas que embasam suas ações, deixam transparecer suas astúcias e criatividade (Certeau, 2011).

⁴ Aliás, Zaluar e Ribeiro (2009, p. 175), refletindo sobre a sociabilidade em subúrbios, expõem que uma recente pesquisa revelou que os moradores dos subúrbios cariocas apresentaram "os menores percentuais de desconfiança ou desconhecimento de vizinhos, abaixo de 20%. A boa convivência tem proporções maiores nas áreas em que vivem os pobres, sendo que a mais antiga, populosa e vinculada à história do movimento sindical e às manifestações culturais populares, corresponde aos subúrbios da cidade onde ficam as favelas mais violentas".

⁵ Zaluar e Ribeiro (2009, p. 186) destacam que "talvez resida aqui o maior problema urbano na construção dos condomínios fechados. Não tanto as cercas e muros físicos, mas a incapacidade de aprender a interagir civilmente no espaço público, o que vem a explicar tanto a violência dos jovens oriundos de tais condomínios de classe média próspera, como a dos jovens favelados que pouco vão ao asfalto".

⁶ O processo de *gentrificação* (ou enobrecimento) é marcado pela ação conjunta dos setores público e privado na "revitalização" (os termos usados são muitos) de alguns espaços da cidade, atendendo, contudo, aos interesses do capital e da especulação imobiliária, os quais excluem/expulsam aqueles que não podem pagar por esses "novos espaços", oferecendo-os a camadas abastadas das cidades (Carvalho, 2000).

⁷ Kowarick (1983, p. 35) define periferia como "aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica".

bem como escolas, equipamentos específicos de lazer, hospitais, etc. Por seu turno, a aquisição da casa própria, em muitos casos, ainda se dá através da autoconstrução, com a ajuda financeira e mão de obra de parentes, sendo também recorrente a ilegalidade na aquisição dos terrenos, através das chamadas ocupações.

Entretanto, a leitura da periferia exclusivamente pelo viés da ausência, uma negativa que reforça o sentido estigmatizado do termo, marcado pelo olhar da desorganização e do caos (Domingues, 2007), um discurso da "falta" é, como já discutiram vários autores, pouco produtivo e representativo da realidade multifacetada dos bairros periféricos brasileiros⁸ e da vida de seus moradores. Há ausências, mas há vida.

O modo de vida, formas de lazer, redes de parentesco e vizinhança dos moradores desses bairros têm sido objeto de estudos de vários antropólogos. Durham (1988) afirma que tal temática de estudo, dentre outras, desencadeou um período profícuo de produção antropológica, atribuindo prestígio e sucesso a este campo de saber. Dessa forma, longe de ser apenas o espaço de reprodução da força de trabalho, um espaço-dormitório, caracterizado, através da referência espacial, pela distância em relação ao centro de uma cidade, pobreza e carência ou ausência de equipamentos coletivos, a periferia mostra-se intensamente rica de vida, sociabilidades, práticas e estratégias mantidas pelos sujeitos que dão sentido aos lugares. É assim que Frúgoli (2005) escreve que a periferia ainda representa um desafio contemporâneo de estudo e um fenômeno sociocultural e político de grande interesse, além de ser "um local de representações da política" (p. 142). Sobre este último aspecto, Caldeira (2000) analisa que, no contexto paulistano, a aquisição da casa própria por moradores da periferia politizou este segmento popular, levando-os a se organizar em movimentos e reivindicar seus "*direitos urbanos*".

Observamos então que o C.C. São Paulo é um exemplo de quando grupos, muitas vezes, postos à margem, ocupam um novo espaço na arena política, tomando assento no centro de decisões políticas locais⁹, ou, como sugere o título da monografia supracitada, de "Quando a comunidade está no centro". As relações com o poder público e com a classe política deixam transparecer como alguns desses sujeitos percebem a Política e reivindicam e negociam direitos junto ao Estado e seus agentes.

Nessa direção, centros comunitários e associações de moradores são considerados como entidades de base por sua própria condição de organizações gestadas no local de moradia, no

espaço, como escreve Lefebvre (2001), do *habitar*¹⁰. Silva e Leite (2004) chegam a trocar o termo "base" pelo de "bairro". É assim que Kowarick (1983) coloca em primeiro plano o papel da moradia e sua influência sobre as experiências e discursos produzidos pelos sujeitos. Barreira (2010, p. 158), ao resumir algumas das argumentações de Kowarick escreve que, segundo este autor, "o espaço da moradia caracteriza-se por apontar formas difusas de organização, ora lideradas por associações, ora amparadas por instituições religiosas, programas governamentais e práticas associadas a Ongs".

Nesse caminho, muitas periferias brasileiras são os espaços onde se pode localizar, no dizer de Kowarick (1983), a vigência de um Estado mínimo. O Estado não está ausente, ele está presente, porém, com interesses e lógicas que, em muitos casos, parecem extremamente contraditórios e pouco representativos dos reais interesses dos moradores locais.

Alguns dados sobre o C.C. São Paulo, Icoaraci e o bairro da Campina

O Centro Comunitário São Paulo (CCSP) localiza-se no Distrito de Icoaraci, bairro Campina de Icoaraci, mais especificamente na Rua Oito de Maio, nº 64, no trecho após a Estrada do Outeiro. A citada rua é asfaltada, bastante ampla, com pequenos comércios, como padarias, bares, oficinas de bicicleta. A maioria das casas é de alvenaria. É uma rua onde, à tarde e à noite, vários moradores se sentam em frente de suas casas para "jogar conversa fora", observar os passantes e atualizar-se das novidades locais. Vizinhos ao Centro Comunitário encontramos a Delegacia de Icoaraci, o Centro de Detenção Provisória de Icoaraci (CDPI), um quartel do Corpo de Bombeiros e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Izabel dos Santos Dias. Ao lado do Centro, temos a Capela do Matadouro do Maguari.

O Distrito de Icoaraci localiza-se ao norte do município de Belém/PA, ficando distante cerca de 17,2 quilômetros do centro da referida cidade, com acesso terrestre feito pelas rodovias Arthur Bernardes e Augusto Montenegro. Possui uma população de aproximadamente 133.150 habitantes¹¹, distribuída nos bairros Cruzeiro, Ponta Grossa, Agulha, Campina de Icoaraci, Maracacuera, Águas Negras, Paracuri, Tapanã, Tenoné e Parque Guajará¹².

⁸ Nesse sentido, Magnani (1994), por exemplo, analisando a realidade brasileira e, especificamente, os moradores de bairros periféricos da cidade de São Paulo, defende que, ainda que haja precariedades no mercado de trabalho e infraestrutura urbanas, as pessoas demonstram uma ampla e variada forma de usar seu tempo livre através de diversas atividades. Atividades essas que mantêm relação com o modo de vida e tradições dessa população.

⁹ O Centro tem forte influência em diversas esferas de decisões locais, chegando mesmo sua atual presidente, D. Dora, a exercer influência na data de realização da Festividade de São Sebastião, havendo alternância entre os dias 20 e 25 de janeiro. Tal Festividade é realizada em frente à capela do Maguari (também conhecida como Capela de São Sebastião).

¹⁰ Esse autor indica a oposição entre o *habitat* enquanto função que reduz o ser humano a alguns atos elementares e cria "máquinas de habitar"; e o *habitar* (nível privado), como algo essencial, relacionado diretamente à produção do espaço, permitindo "participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade" (Lefebvre, 2001, p. 23).

¹¹ Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/app/pdf-segep/anoarioPDF/0-01_Sumario.pdf. Acesso em: 10/01/2013.

¹² Os bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa são onde, em geral, encontramos a população com maior poder aquisitivo (Dias, 2007).

Analisando o processo de produção do espaço em Icoaraci, Dias (2007) afirma que Icoaraci é uma área da metrópole intensamente ocupada, com sérios problemas no que se refere ao ambiente urbano, os quais estão relacionados com variáveis como o processo de industrialização, crescimento demográfico e ampliação das atividades de serviços, entre outras. Dessa forma, aquele autor conclui que existe um desequilíbrio entre crescimento e desenvolvimento em Icoaraci.

Com relação à qualidade de vida dos moradores de Icoaraci, a realidade é deveras preocupante, pois a ausência de investimentos em políticas públicas e infraestrutura, em muitos bairros, provoca carências nos sistemas de saúde, educação, transporte, saneamento, segurança, etc. Acrescente-se a isso, conforme Rodrigues (1998), a expansão (*periferização*) de Belém rumo a Icoaraci. Tal expansão também é caracterizada pela ausência de políticas públicas e normas que disciplinem o uso e a ocupação do solo, culminando com a formação de novos bairros que acabam por enfrentar a mesma problemática. Podemos afirmar assim, seguindo Frúgoli (2005), que teríamos nesses casos "*hiperperiferias*", marcadas por apresentarem ainda mais precariedades que as primeiras. O bairro da Campina de Icoaraci (bairro no qual se localiza a entidade) e o bairro da Agulha foram a direção tomada no processo de ocupação de Icoaraci, o qual se deu no sentido "*beira-centro*" (Dias, 2007, p. 141).

Ainda sobre o bairro da Campina, sabe-se que pode ser qualificado como periférico se considerarmos as características de distância geográfica com relação ao centro de Belém, bem como pela ausência ou precariedade de serviços públicos, equipamentos urbanos e infraestrutura. Descrevendo as condições infraestruturais verificadas em algumas visitas realizadas às residências de famílias, residentes naquela área, e cujos filhos são atendidos em um dos projetos do Centro, a assistente social da entidade pôde observar que

[São] muito precárias, dá pra ti notar pela área que o Centro Comunitário tá inserido, então são poucos os meninos que têm questões de moradia digna se pode dizer, uma casa boa mesmo, com cômodos satisfatórios, né? Pra você ter sua privacidade com os meninos, água de poço, fossa. Isso até tá no nosso questionário socioeconômico, a questão da fossa séptica, a questão do recurso, geralmente o recurso era proveniente do mercado informal. A gente tem a feira [da Oito de Maio] pra mostrar isso, poucos têm um emprego fixo de carteira assinada, tudo direitinho, e assim aqui na invasão, você já teve a oportunidade de ir aqui nessa invasão? Pois é, a gente tem a casa de um menino que é um cômodo só, um cômodo e lá vivem 12, 14 pessoas, então é muito ínfimo o serviço, quase não chega, o que tu tens ainda é um 'asfaltozinho', mas rede de esgoto não tem não. Mas o que chama mais atenção mes-

mo é a questão financeira, porque assim, tu vê assim famílias extensas que sobrevivem com menos de um salário, ou algumas das vezes não são tão extensas assim, mas que o único recurso é o Programa Bolsa família, enfim, então a gente constatou algumas situações de pobreza extrema, entende? E aí se eu fosse falar em percentual, acho que não chega nem a 1% dos meninos que tem uma residência boa, sabe com condições até favoráveis, dignas pra sobreviver (Sílvia, entrevistada dia 14/06/12).

Esse quadro de vida produziu e produz, continuamente, entre outras coisas, modos de viver e perceber a realidade entre os moradores do bairro. Tais elementos lançam luz sobre os caminhos tomados pela população diante dessa "*situação periférica*" vivenciada (Almeida *et al.*, 2008)¹³, como referido no próximo tópico.

Das carências à mobilização no Centro Comunitário São Paulo

Kowarick (1983) aponta que a passagem das carências às mobilizações não se dá de forma automática, dependendo de distintas variáveis, dentre elas a realidade vivida e o agir cotidiano dos sujeitos envolvidos, pois outros contextos produzem outras demandas, daí que os movimentos sociais urbanos se manifestariam de formas diversas, demonstrando trajetórias diferentes. Antes, porém, de pensarmos sobre como essa argumentação se aplica ao C.C. São Paulo, faz-se necessário indicar algumas breves informações sobre esse Centro.

Atualmente o Centro Comunitário São Paulo desenvolve atividades em convênio com diversas secretarias municipais e estaduais. Além destes convênios e parcerias, a entidade ainda recebe doações do Poder Judiciário¹⁴ e de algumas empresas privadas. Através do convênio com a Secretaria Municipal de Educação desenvolve-se a educação infantil na Escola São Sebastião, denominação da creche e pré-escola existente em parte do espaço físico do Centro e que atende crianças de 3 a 7 anos de idade. Apesar do Centro não ter surgido com o objetivo maior de criação de uma escola de educação infantil, esta não tardou a ser criada. D. Dora, atual presidente da entidade, relatou a grande procura das famílias locais pela educação infantil no Centro, estudando lá crianças de bairros distantes como o Paracuri e Maracacuera.

Nesse ponto, lembramos que Kowarick (1983) mostra como as experiências cotidianas relacionadas à sua reprodução social e carências enfrentadas pelos moradores da periferia fazem com que busquem alternativas através da criação de formas as-

¹³ Segundo esses autores, *situação periférica* "não se refere a um estado de exclusão, mas a contextos sociais em que há acesso precário a melhorias materiais e a recursos simbólicos. O termo "periférico" deve-se ao fato de o "foco" empírico estar na posição hierarquicamente inferior do espaço social, distante das centralidades da produção e reprodução de bens materiais e simbólicos com maior valor social" (Almeida *et al.*, 2008, p. 111).

¹⁴ As doações do Poder Judiciário consistem na entrega de itens diversos (alimentos, materiais de construção, etc.) ao Centro, por pessoas (penalizados) que foram condenadas em processos judiciais. Esses penalizados podem ligar, antecipadamente, para o Centro e perguntar de que estão precisando no momento.

sociativas como um centro comunitário. Localiza-se aqui "a atuação social de segmentos populares para além das práticas concernentes ao mundo do trabalho" (Barreira, 2010, p. 150). Ora, a espoliação urbana discutida por Kowarick é marcada justamente por sua abrangência, isto é, uma exploração mais ampla, relacionada ao *habitar*, ao desenrolar da vida cotidiana, ao espaço do bairro, ao transporte público, etc. Ele define o termo como

o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentadas como socialmente necessárias em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito do trabalho (Kowarick, 1983, p. 62).

Assim, quando se reflete que a principal linha de atuação do C.C. São Paulo se baseia na oferta de educação infantil em uma creche, tal fato é justificado pelas experiências de seus fundadores. Como explicou D. Telma, ex-presidente do Centro, sobre o motivo da implantação da creche: "Por que tu sabe, quem é de comunidade, de igreja, que vive engajada, nunca fica quieta, né?" D. Telma afirmou também que a educação propicia a formação do cidadão, sendo a base para o futuro das crianças atendidas. Ainda segundo ela, a primeira presidente, D. Dalila, foi quem teve a ideia "devido assim, o fato das crianças 'viverem' na rua".

No Distrito de Icoaraci há uma extrema carência de escolas de educação infantil. Dessa forma, como afirma Dias (2007), moradores de bairros como Maracacuera e Águas Negras, locais em que aquele autor constatou a inexistência de escolas públicas de educação infantil, apontam a criação dessas escolas como uma das necessidades prementes do Distrito. Nesse contexto, famílias com baixo poder aquisitivo, logo com filhos que, em geral, não têm possibilidade de acesso à rede particular de ensino, veem nas creches e pré-escolas comunitárias uma oportunidade indispensável. Tal carência de escolas denota a falta de investimento do poder público em Icoaraci, incidindo negativamente na oferta de um sistema educacional com qualidade e em quantidade adequada.

Ainda nessa direção, o interesse em implantar as chamadas "escolinhas comunitárias"¹⁵ parece um caminho tomado frente a essa realidade, mostrando-se comum entre as associações de moradores, sendo que, muitas vezes, localizam-se no espaço físico dessas entidades. Nesse sentido, Silva (2008) expõe que no bairro do Jurunas, em Belém (PA), a Associação da Comunidade de Base do Jurunas (COBAJUR), fundada em 1969, buscava alternativas para desenvolver da melhor forma possível a alfabetização das crianças locais, fazendo isso, por exemplo, através de convênios, e com a construção e reformas de escolas,

inclusive, por meio de mutirões. Com isso, os moradores daquele bairro buscavam reduzir o alto índice de reprovação no primeiro ano do ensino fundamental. Nesse caminho, aquela autora analisa que a década de 1970 foi de conquistas relacionadas à educação naquele bairro, tornando-se as escolas comunitárias a opção de escolarização das crianças. Assim, segundo ela, a COBAJUR foi a primeira entidade a assinar um convênio com a SEMEC, fornecendo recursos para o funcionamento das "escolinhas comunitárias" (Silva, 2008).

Na mesma direção, Palheta (2004) localiza dentre as principais reivindicações de associações de moradores no município de Barcarena/PA aquelas ligadas à educação, através da solicitação de construções de escolas, com oferta, por exemplo, de cursos profissionalizantes.

A linha de atuação e a garantia de vitalidade do C.C. São Paulo também parecem manter ligação com o fato de que ele foi fundado por um grupo de amigo(a)s e sempre teve à sua frente uma mulher, tendo seu funcionamento diretamente atrelado a relações baseadas em redes familiares e de amizade, como visto a seguir.

As redes familiares

O ambiente familiar de moradores da periferia também foi alvo de investigação de vários antropólogos. Alguns desses estudos, como o de Woortmann (1987), dentre outros elementos, destacam o papel central assumido pelas mulheres na garantia da reprodução social de seu grupo doméstico. Dessa forma, Agier (1998), estudando o bairro da Liberdade em Salvador, destacou o papel de intermediação assumido pelas mulheres e sua aptidão para ativar redes que garantam algum tipo de recurso à sua família. Por sua vez, Ávila (2006, p. 85) escreve que muitos estudos sobre periferias apontaram que nelas há uma tendência ao surgimento "de organizações sociais centradas nos núcleos familiares e na lógica das relações de reciprocidade atribuídas à vizinhança e ao parentesco".

É interessante refletir então que o C.C. São Paulo é uma entidade cuja organização e funcionamento dependem de redes familiares, sendo possível asseverar que ali encontramos uma "*cultura familiar*" (Agier, 1998), caracterizada por relações, trocas e negociações entre parentes, amigos, conhecidos e outros não parentes da vizinhança. E, no interior dessas redes, as mulheres assumem um papel central. Elas são os atores marcantes na história, passada e presente, da entidade e sempre estiveram à sua frente. Atualmente, por sinal, elas estão em maioria ali¹⁶, e creio que sempre estiveram. Assim, pode-se

¹⁵ Aponta-se, também, que o convênio firmado pela Prefeitura com o Centro Comunitário São Paulo insere-se em uma lógica onde, de acordo com Bassi (2011), as prefeituras, diante da obrigação em oferecer educação infantil e o alto custo de manutenção das creches públicas, veem o conveniamento como uma solução menos onerosa para os cofres municipais.

¹⁶ Atualmente o C.C. São Paulo possui 24 funcionários, assim distribuídos, de acordo com a área de atuação e suas funções: "Área social": dois pedagogos, um educador físico, um instrutor de informática e uma cozinheira, que também faz a limpeza; Escola: treze professoras, uma secretária, uma cozinheira e três serventes. Além desses funcionários há uma secretária, que trabalha tanto na "área social" quanto na Escola.

mesmo afiançar que o Centro tem um cotidiano marcado pela participação feminina.

Cabe também indicar que, na maioria das famílias atendidas pela entidade, a figura da mulher (mãe, tia) foi encontrada como referência. Dessa maneira, ao responder sobre a configuração das famílias visitadas, a assistente social expressou:

[Em geral, você se deparou com a família nuclear ou novos arranjos?] novos arranjos, principalmente a família monoparental, você via que é aquela mãe né, chefiada pela mãe, era ela que era a única provedora da família, outros casos pela tia, sempre tava o menino sob os cuidados de uma outra pessoa que não os pais biológicos ou um dos dois, entende? Os arranjos mesmo dessa nova configuração (Silvia, entrevista realizada dia 14/06/12, grifo nosso).

Essa *cultura familiar* é reflexo da organização social local e permite que no e a partir do C.C. São Paulo se desenrolem várias redes de relações sociais. Tais redes permitem que a entidade desenvolva suas atividades, selecione seus trabalhadores e estabeleça, por exemplo, parcerias e convênios com outros órgãos e entidades. Nessa direção, no C.C. São Paulo, em geral, os profissionais são selecionados através de redes sociais baseadas nos chamados laços fortes (Granovetter, 1985), ou seja, em relações de amizade, vizinhança, parentesco e, algumas vezes, afinidade religiosa.

Assim, verificou-se que ser indicado por alguém que já trabalha ou trabalhou na entidade é uma constante entre seus atuais funcionários, e que as relações de parentesco também estão por trás da contratação de alguns funcionários, isto porque trabalham no Centro sobrinhas e três irmãs da presidente: A. (secretária), A. (secretária e professora da creche) e T. (cozinheira).

Apesar das críticas geradas por essa forma de selecionar os trabalhadores, devemos lembrar que, no Centro Comunitário, as possibilidades de seleção de pessoal são limitadas, até porque a entidade não dispõe de condições financeiras que possam propiciar a oferta de salários tão atrativos. Precisa-se mencionar ainda que, segundo D. Dora, a entidade enfrenta certa carência de profissionais qualificados para tarefas como redigir um ofício ou lidar com visitas de prováveis doadores. Assim, conforme indica Piccolo (2006), as redes sociais (vizinhança, parentesco, amigos e amigos de amigos) têm um papel preponderante quando analisamos o modo de funcionamento de associações comunitárias.

Comprovando o que diz essa autora, observa-se que duas irmãs da presidente do Centro se destacam por exercerem atividades relacionadas à administração. A presença dos parentes de D. Dora, apesar de provocar algumas acusações e críticas, representa um grande apoio no trabalho cotidiano e mesmo suporte

emocional à presidente, e esses são dois importantes recursos. É assim que é comum D. Dora afirmar, durante conversas informais e festas, que "a família é a base". Destacamos, ainda, que na confraternização de fim de ano dos funcionários, em 2012, a presidente, ao dar de presente uma máquina de lavar roupas à sua irmã A., falou que, devido ao trabalho de A. no Centro, ela podia dormir um pouco mais pela manhã, pois sabia que sua irmã tomaria conta de tudo.

Ao mencionar a figura da mulher como elemento central na organização e funcionamento da entidade, bem como entre algumas famílias ali atendidas, é interessante perceber que uma *fala do crime* é recorrente entre as funcionárias e as mães locais, as quais temem que seus filhos enveredem pelo "caminho da ilegalidade". A seguir, enfatizam-se os "usos" dessa *fala*, atrelando-a, ainda, à noção de *região moral* (Park, 1987).

A fala do crime e seus "usos" ...

É uma *fala do crime* que, na maioria dos casos, está por trás e que serve como argumento forte nas justificativas de ações propostas ou desenvolvidas pela entidade, principalmente àquelas destinadas a crianças e adolescentes. A fala referente ao tráfico de drogas, por exemplo, é uma constante entre os técnicos, frequentadores do Centro Comunitário e moradores de bairros próximos dali.

Localizamos ali, então, uma intensa e contínua *fala do crime*. Essa expressão foi cunhada por Caldeira (2000) e refere-se ao conjunto de narrativas, comentários, conversas e piadas do dia a dia que tem o crime como conteúdo principal. A autora aponta também que

[...] a fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente (Caldeira, 2000, p. 10, grifo nosso).

Nesse caminho, aquela área do bairro da Campina é percebida como um espaço de atividades ilícitas, representadas principalmente pelo tráfico de drogas¹⁷. Por outro lado, fica claro que, internamente, os moradores fazem suas distinções e classificações do espaço, sendo que percebem e propagam imagens de alguns espaços específicos dali como perigosos e frequentados por pessoas ligadas ao crime. É assim que parecem construir "*regiões morais*" (Park, 1987) naquela localidade. Vejamos como tais elementos se manifestam.

¹⁷ A Diretoria de Polícia Metropolitana, quando tomou por base procedimentos tombados pela Lei do Entorpecente das 13 seccionais urbanas, de janeiro a novembro de 2009, e comparou com 2008, constatou que os procedimentos aumentaram muito nas seccionais de todos os bairros. Na Seccional Urbana de Icoaraci, detectou-se um alarmante aumento de 300%, com 63 autuações em 2008 e 163 em 2009, tornando esta unidade policial uma das que mais realizaram autuações referentes ao tráfico de drogas (Avelar, 2010).

Em síntese, a justificativa de um dos projetos¹⁸ desenvolvidos na entidade assenta-se na percepção dos alunos como pessoas com problemas familiares e que frequentam espaços perigosos e negativos. Dessa forma, a partir da leitura das especificações do projeto, vemos que, dentre os argumentos utilizados em sua justificativa, encontra-se o risco social representado pelo tráfico de entorpecentes mantido naquelas proximidades. Assim, pode-se ler em um de seus trechos:

O projeto "Bom de Escola – Bom de Bola" nasce do anseio da comunidade em manter por mais tempo possível os seus filhos atendidos pelos projetos desenvolvidos pelo CCSP [Centro Comunitário São Paulo] e da percepção da própria instituição do perigo potencial que é deixar este público com tempo ocioso em meio a uma comunidade onde as drogas são uma realidade (Centro Comunitário São Paulo, 2011).

Além disso, o discurso sobre o tempo ocioso, gasto na rua, e seus perigos também é recorrente na fala dos professores e mesmo nos familiares dos alunos. Vejamos, por exemplo, qual seria, no entendimento do professor da entidade, Jordanny, o objetivo principal do "Bom de Bola":

O objetivo principal, cara, é tirar essas crianças da rua, entendeu? Da ociosidade que a gente sempre [...] Sempre nas nossas reuniões aqui a gente batia nessa tecla, da ociosidade que eles ficam sem fazer nada em casa, e os pais também trabalham, não têm tempo pra ficar com os filhos mais. Eles acabam indo pra rua, passam o dia na rua sem fazer nada, aí pra ir pro lado errado é só um passo, né? Então, a gente fez mais com esse intuito de realmente resgatar tanto eles da rua, como a base familiar também, né? Dá um suporte também pra que eles comessem a ter mais um vínculo familiar que tava sendo perdido (entrevista realizada no dia 26/06/2012).

A rua, então, é percebida como espaço negativo, local onde as crianças estariam mais propícias ao contato com as drogas ou, ainda, onde poderiam procurar trabalhos informais, como "reparar" bicicletas na Feira da Oito de Maio ou entregar compras feitas nessa feira. L.M., mãe de três alunos que participam do projeto, assim se manifesta sobre a relevância do "Bom de bola":

Eu acho muito importante, porque pelo menos realmente tira as crianças da rua, né? Até a hora deles virem pra escola, né? Que eles vão, jogam bola, levam o caderno, porque têm que escrever lá, eu achei bom, muito legal (D. Lucileia, entrevistada em 01/12/2012).

E, falando de espaços negativados, destaca-se também mais um espaço classificado, por vários informantes, como próprio à frequentação e ao redor do qual se pode perceber,

mesmo, a criação de uma representação extremamente depreciativa. Trata-se da *maré*, isto é, de um trecho do Rio Maguari que passa próximo ao Centro, por trás da delegacia. Essa representação depreciativa da *maré* contrasta com o fato dela ser utilizada como um espaço de lazer por parte dos moradores. A *maré* é procurada por muitos moradores do entorno para tomar banho, brincar, havendo também aqueles que vão pescar naquele rio e outros que vão lá para, nas palavras de um morador local, "tomar umas cachaças". Assim, uma moradora dali afirma que

[...] eu tenho um irmão que é carteira assinada, todo domingo ele vai pra lá [maré] ainda mais que ele toma umas geladas, tem peixe frito, pra quem gosta de tomar uma gelada, e os jovens daqui tudo sobem lá, os jovens da Campina, jovens que vão cheirar cola, aprender o que não presta (entrevista realizada dia 27/10/2012).

Dentre os moradores que frequentam a *maré*, constam alguns alunos do "Bom de Bola". Entretanto, esse hábito é alvo de críticas e os professores buscam, continuamente, extingui-lo. Isto porque ali seria local de consumo e venda de substâncias entorpecentes, sendo também o local onde muitos jovens teriam o primeiro contato com essas substâncias, ou seja, uma porta de entrada para o mundo das drogas, onde tudo começaria, como afirmam alguns moradores. Parece ser essa uma "região moral", ou seja, um ambiente no qual impera um código moral divergente (Park, 1987, p. 64–66). Podemos dizer, assim, que quem procura a *maré* sabe o que deseja e o que pode encontrar por lá.

Finalizando

Buscou-se refletir aqui sobre as inter-relações entre o espaço do desenrolar da vida cotidiana (do *habitar*) na periferia e as dinâmicas e lógicas de funcionamento de uma instituição comunitária. Parece-nos que os elementos carências (algumas das quais oriundas do processo de espoliação urbana) e sociabilidades são, em várias periferias brasileiras, um caldo nutritivo para a emergência de organizações comunitárias. Em suma, tentamos demonstrar como a instituição espelha a organização social local, em aspectos como soluções que garantem a reprodução social das famílias, o acesso aos seus *direitos urbanos* e à educação, a importância que as redes familiares ocupam nesse processo, e o modo como o crime é percebido e aparece nos discursos locais.

O estudo do *habitar* na(s) periferia(s) é largamente fértil. Ele permite vislumbrar as "caleidoscópicas" formas de organização política e sociocultural locais, entre outras. Nessa linha de raciocínio, confirma-se ainda que a vizinhança, como afir-

¹⁸ Atendendo ao interesse do Centro em propiciar atividades esportivas e educativas às crianças e adolescentes dos bairros próximos, foi desenvolvido e implementado na entidade o Projeto "Bom de escola, bom de bola". Trata-se de um projeto que disponibiliza espaço de esporte a crianças e adolescentes do sexo masculino, com a implantação de uma escolinha de futebol, em interface com o acompanhamento do desenvolvimento pedagógico e familiar do público atendido.

mou Park (1987), possibilita proximidade e contato entre vizinhos, ficando as bases para a forma de associação mais simples com que lidamos na organização da vida na cidade. Assevera ele ainda que, quando observamos a organização social e política cidadina, a vizinhança é a menor unidade local, tornando-se a residência, então, uma base possível da participação no Governo (1987, p. 31).

Essas múltiplas formas de viver e, mais do que isso, de ser da periferia fazem com que Ávila (2006) nos questione já no título de sua dissertação: *Periferia é periferia em qualquer lugar?*. Essa autora problematiza a noção de periferia, sinalizando que estamos lidando com algo plural. Assim, é mais interessante pensarmos em "periferias", lembrando, contudo, que existem pontos em comum, elementos recorrentes entre as áreas periféricas brasileiras. Precisamos, então, ter em mente que o fato de *habitar* um espaço onde se experimentam e compartilham algumas práticas culturais e, somando-se a isso, condições de vida que podem ser deficientes ou inadequadas e, em grande medida, semelhantes, permite, ao morador da periferia, construir uma referência básica de significação da realidade, sobre o seu lugar na cidade e na própria sociedade, sendo tais referências distintas dos moradores das áreas centrais (Ávila, 2006).

São essas referências que elaboram um mundo de significados e permitem enxergar a(s) periferia(s) como uma configuração sociocultural *sui generis*. Parece-nos, então, que o estudo dos fenômenos: segregação socioespacial, espoliação urbana, redes familiares, e *falas do crime*, diz muito a respeito da organização encontrada naquela área do bairro da Campina e, por extensão/reflexão, no Centro Comunitário São Paulo.

Referências

- AGIER, M. 1998. Lugares e redes – as mediações da cultura urbana. In: A.M. NIEMEYER; E.P. de GODOI (orgs.), *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, Mercado das Letras, p. 41-61.
- ALMEIDA, R. de; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. 2008. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos Estudos*, 82:109-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n82/06.pdf>. Acesso em: 15/07/2013.
- AVELAR, J. 2010. Tráfico de drogas resulta em guerra civil velada. *Jornal Diário do Pará. Caderno Polícia*, 03 jan., p. 4.
- ÁVILA, M.P. 2006. *Periferia é periferia em qualquer lugar? Antenor Garcia: estudo de uma periferia interiorana*. São Carlos, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 112 p.
- BARREIRA, I.A.F. 2010. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(72):149-159. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a11.pdf. Acesso em: 15/06/2013.
- BASSI, M.E. 2011. Financiamento da educação infantil em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, 41(142):116-141. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a07.pdf>. Acesso em: 17/05/2012.
- CALDEIRA, T.P. 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp, 400 p.
- CANCLINI, N.G. 2008. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/ desconhecimento. In: J.T. COELHO NETTO; A. RODRÍGUEZ (orgs.), *A cultura pela cidade*. São Paulo, Iluminuras/Itaú Cultural, p. 15-31.
- CARLOS, A.F. 2007. *A cidade*. São Paulo, Contexto, 98 p.
- CARVALHO, M. de. 2000. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo em Perspectiva*, 14(4):70-81. Disponível em: www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9753. Acesso em: 15/06/2013.
- CENTRO COMUNITÁRIO SÃO PAULO. 2011. *Projeto Bom de Escola, Bom de Bola*. Belém, 16 p.
- CERTEAU, M. de. 2011. *A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 352 p.
- DIAS, M.B. 2007. *Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci, Belém-PA*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 314 p.
- DOMINGUES, Á. 2007. Qualificação das periferias. *Inforgo*, 20/21:139-143. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforgo_20&21/Inforgo%2020&21%20Paginas_139_143.pdf. Acesso em: 15/07/2013.
- DURHAM, E. 1988. A pesquisa antropológica com populações urbanas. In: R. CARDOSO, *A aventura antropológica*. São Paulo, Paz e Terra, p. 17-37.
- FRÚGOLI Jr., H. 2005. O urbano em questão na Antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, 48(1):133-165.
- GRANOVETTER, M. 1985. The strenght of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6):1360-1380. <http://dx.doi.org/10.1086/225469>
- KOWARICK, L. 1983. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 202 p.
- LEFEBVRE, H. 2001. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 142 p.
- LE GOFF, J. 1997. *Por amor às cidades*. São Paulo, Unesp, 160 p.
- MAGNANI, J.G.C. 1994. O lazer na cidade. In: CONDEPHAAT. São Paulo, 4 de jul. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/Magnanilazer.html>. Acesso em: 02/01/2013.
- PALHETA, R.P. 2004. *Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena: um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais*. Belém, PA. Dissertação de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 141 p.
- PARK, R.E. 1987. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: O.G. VELHO, *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, p. 26-67.
- PICCOLO, F.D. 2006. *Sociabilidade e conflito no morro e na rua: etnografia de um centro comunitário em Vila Isabel/RJ*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 485 p.
- RODRIGUES, E.J. 1998. *Banidos da cidade unidos na condição: Cidade Nova, espelho da segregação social em Belém*. Belém, UFPA/NAEA, 272 p.
- SILVA, L.A.M.; LEITE, M.P. 2004. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: C. GRZYBOWSKI et al., *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Análises Sociais, p. 61-78.
- SILVA, N.A.R. da. 2008. *Organização comunitária na luta pela moradia no bairro do Jurunas na década de 80*. Belém, PA. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Cidades na Amazônia: História, Ambiente e Culturas. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 71 p.
- SILVA, P.S.L. 2013. *Quando a comunidade está no centro: sociabilidade e redes sociais no Centro Comunitário São Paulo, Icoaraci-Pa*. Belém, PA. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará, 107 p.

SIMMEL, G. 1987. A metrópole e a vida mental. *In*: O.G. VELHO, *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, p. 11-25.

WHYTE, W.F. 2005. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 390 p.

WIRTH, L. 1987. O urbanismo como modo de vida. *In*: O.G. VELHO, *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, p. 90-113.

WOORTMANN, K. 1987. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 316 p.

ZALUAR, A.; RIBEIRO, A.P.A. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos*, 84:175-196. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a10.pdf>. Acesso em: 10/07/2013.

Submetido: 14/09/2013

Aceito: 24/09/2013